



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 011 - PAAI/2022 -DECRETO Nº 629/2022

O presente relatório trata-se de ação de auditoria nº 011 prevista no PAAI/22, com intuito de promover a avaliação das medidas que foram adotadas pelo Poder Executivo no Processo quanto ao determinado pelo Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo através do Ofício nº 2081/2019-1 - Processo nº 10311/2019-5 e Acórdão TC 108/2019 - Plenário - Processos nº 0963/2018-1 e nº 6450/2014-7 - Pedido de Reexame, protocolizados através do nº 7653/2019, dirigidos ao Prefeito Municipal Hilário Roepke.

Processos TC nº 0963/2018-1 e 6450/2014-7 - Acórdão TC 108/2019
- Plenário - Pedido de Reexame - Dar Provimento - Reformar os Termos do
Acórdão TC nº 996/2017-1 - 2ª Câmara, Converter a Representação em Tomada
de Contas Especial - Imputar Ressarcimento - Aplicar Multa - Encaminhar ao
MPEC - Ciência.

Trata o presente **TERMO DE NOTIFICAÇÃO** expedida pelo Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo direcionado ao Prefeito Municipal Hilário Roepke, para que dê cumprimento a decisão proferida pelo TCEES no Acórdão TC 108/2019, que imputou o ressarcimento ao erário municipal, **em solidariedade**, no valor de R\$ 13.153,70 (**5.217,65 VRTE's**) ao **Sr. Eduardo Stuhr** e ao **Sr. Alaélio Braz Daleprane** e, o valor de R\$ 30.736,70 (**12.192,26 VRTE's**) ao **Sr. Eduardo Stuhr**.

No monitoramento realizado no PAAI/2021 o relatório consta as seguintes informações:

“Em 24 de julho de 2019 os Sr. Eduardo Stuhr foi oficiado pelo Município, Ofício nº 557/2019/SECGAB/PMSMJ, fl. 020/021, bem como o Sr. Alaélio Braz Daleprane, Ofício nº 558/2019/SECGAB/PMSMJ, fl. 022/023.

No dia 05 de setembro de 2019 o Sr. Eduardo Stuhr, através do processo nº 10447/2019, apresentou manifestação e impugnação ao ofício nº 557/2019/SECGAB/PMSMJ, referente ao ressarcimento que lhe fora atribuído por meio do Acórdão TC 108/2019. A manifestação de impugnação não foi acatada por este Ente.

O Sr. Alaélio Braz Daleprane através do processo nº 7800/2020, solicitou a suspensão do feito até que seja proferida a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, onde o mesmo impetrou com ação judicial com fito de revisão da decisão do TCE ES. Os autos demonstram que solicitação não fora acatada.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL

Em 23 de dezembro de 2020, o Sr. Eduardo Stuhr protocolizou junto ao município sob nº 10464/2020, pedido de suspensão de cobrança de documentos de arrecadação municipal, informando que havia ajuizado Ação Anulatória com pedido de Tutela Provisória de Urgência junto à 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registro Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória/ES. O pedido não foi acolhido por esta municipalidade.

Em análise aos autos que originaram esta Ação de Auditoria, verificamos que fora emitida as DAM's conforme cópia as fls. 044 e 045, e entregues via Correios de acordo com os Avisos de Recebimento à fl. 046, ao Sr. Eduardo Stuhr em 15/12/2020 no valor de R\$61.596,45 e R\$ 13.180,04 e ao Sr. Alaelio Braz Daleprane no importe de R\$ 13.180,04 em 10/12/2020. Foi informado pela Superintendência de Tributação à fl 051, que os valores foram inscritos em Dívida Ativa Não-Tributária, e que o Sr. Eduardo Stuhr efetuou o parcelamento da referida dívida em 14/07/2021, e que conforme fls. 048 e 049, verifica-se que o mesmo vem efetuando o pagamento regularmente.

Já em relação ao Sr. Alaelio Braz Daleprane, a Superintendência de Tributação à fl 051, informa que até o presente momento o mesmo não compareceu para efetuar negociação, e que será efetuada a Execução Judicial.

Este monitoramento de auditoria observou que não houve a regular atualização e de juros após a decisão do TCE e a efetiva cobrança, assim o valor do VRTE **já havia aumentado**. E ainda, é necessário **recalcular os juros de mora em razão do acréscimo do tempo** em conformidade com as disposições contidas na IN 32/2014 do TCE e Lei Complementar nº 621/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo).

Ocorre que a não feita da atualização demandada acarreta em ressarcimento a menor ao erário público.

Houve ainda a informação a fl. 051 de uma possível adulteração nas folhas processuais.

Recomendamos que o presente relatório seja de ciência do Sr. Prefeito Municipal. Que o mesmo seja relatado no Relaci do ano de 2021 para informar ao Tribunal de Contas do Estado, ainda seja incluído nas ações de monitoramento de auditoria do PAAI/22.

Após diligencie-se aos setores responsáveis para apresentar as informações e providências necessárias.

É o relatório.”

Desta forma no Processo nº 2.138/2023 foi respondido pela Secretaria de Fazenda que o Processo nº 6.077/19, 7.653/19 e 4.385/19 ainda não foram resolvidos em razão de haver processos de cobrança judicial e parcelamentos.

Recomenda-se, portanto, manter o **monitoramento em 2023**.

É o relatório.

Santa Maria de Jetibá, 26 de abril de 2023

Priscila Jacob Knaak
Auditora Pública Interna
Matrícula 052837
CRC-ES nº 022840/O
CRA-ES nº 24603